



**CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO**
Ata da 9ª reunião, realizada em 24 de outubro de 2017

1 Em 24 de outubro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 de Infraestrutura de Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), na sede da
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Antônio Augusto Melo Malard, representante da
6 SEMAD. Representantes do poder público: Guilherme Augusto Duarte de Faria,
7 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e
8 Ensino Superior (Sedectes); Andréa Leite Rios, da Secretaria de Estado de
9 Cidades e de Integração Regional (Secir); Selma Maria de Oliveira Lopes
10 Cabaleiro, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
11 (Codemig); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de
12 Transporte e Obras Públicas (Setop); Marcela Lencine Ferraz, da Secretaria de
13 Estado de Saúde (SES); Ivan Alves Soares, da Companhia de Habitação do
14 Estado de Minas Gerais (Cohab-Minas). Representantes da sociedade civil:
15 Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas
16 Gerais (CMI); Bruno Baeta Ligório, do Sindicato das Empresas de Construção
17 Pesada de Minas Gerais (Sicepot-MG); Carlos Eduardo Battesini Pereira, do
18 Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado de Minas Gerais
19 (Sinduscon-MG); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra;
20 Samir Abud Mauad, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
21 Ambiental (Abes-MG); José do Carmo Dias, do Conselho Regional de
22 Engenharia e Agronomia (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**
23 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
24 **ABERTURA.** O presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou aberta a 9ª
25 reunião da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Transporte, Saneamento
26 e Urbanização. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
27 **GERAIS.** Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Eu queria compartilhar
28 com os senhores e senhoras que, em 1º de novembro de 2016, nós criamos na
29 Ponto Terra a rádio web Ponto Terra, que faz agora um ano de trabalho e
30 dedicação. Nós vimos com muito entusiasmo e expectativa para comemorar
31 essa etapa vencida e vamos fazer um simples café da manhã. Nós só damos
32 notícias de meio ambiente e só tocamos MPB e música sertaneja.
33 Acompanhando as estatísticas, nós temos na faixa de 200 a 500 ouvintes todos
34 os dias. Nós queremos colocar inteiramente à disposição a rádio web Ponto
35 Terra para dar as notícias de meio ambiente.” Presidente Antônio Augusto Melo
36 Malard: “Nós parabenizamos mais uma vez. Temos certeza de que este é só o

37 primeiro ano de muitos.” **4) EXAME DA ATA DA 8ª REUNIÃO.** Aprovada por
38 unanimidade a ata da 8ª reunião da Câmara de Atividades de Infraestrutura de
39 Transporte, Saneamento e Urbanização, realizada em 26 de setembro de 2017.

40 **5) GESTÃO DA FAUNA. Apresentação: Diretoria de Proteção à Fauna /**
41 **Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Sônia Aparecida Cordebelle de Almeida,
42 diretora de Proteção à Fauna/IEF, fez apresentação sobre gestão da fauna no
43 Estado, destacando atribuições assumidas e os projetos desenvolvidos pelo
44 órgão com a publicação da Lei Complementar nº 140. “A partir de novembro de
45 2013, o IEF passou a assumir a gestão do Centro de Triagem no Estado,
46 autorizações de uso e manejo de fauna em cativeiro. Desde a publicação da Lei
47 Complementar nº 140 até hoje, a diretoria tem buscado a formação de projetos
48 estruturantes que possibilitam uma tomada de decisão mais efetiva e mais
49 adequada à gestão da fauna dentro do Estado de Minas Gerais.” Presidente
50 Antônio Augusto Melo Malard: “Realmente, está de parabéns, não só pela
51 apresentação, mas por todo o trabalho desenvolvido. É um escopo bastante
52 extenso de um assunto extremamente relevante. As ações que estão sendo
53 desenvolvidas vão contribuir muito para que possamos difundir essas ideias,
54 inclusive no âmbito da regularização ambiental. A intenção é lançar essas
55 informações, de forma especializada, na nossa IDE, que é uma plataforma que
56 vai nos auxiliar muito na gestão ambiental como um todo no Estado de Minas
57 Gerais e na gestão da fauna, conseqüentemente. Então a intenção é que facilite
58 a elaboração dos estudos ambientais a partir do momento em que essas
59 informações forem disponibilizadas nesse grande banco de dados, que vai
60 contemplar camadas sobre a gestão da fauna.” O conselheiro Ronaldo
61 Vasconcellos Novais parabenizou pela exposição e o trabalho realizado. “A
62 questão da fauna é muito negligenciada. As pessoas não dão valor ou dão
63 pouco valor. Sejam as pessoas comuns, as que têm mais conhecimentos e os
64 próprios dirigentes. Dois dos mais complicados problemas de Belo Horizonte
65 estão na fauna: as capivaras da Pampulha – na sexta-feira morreu um cidadão
66 com febre maculosa; Belo Horizonte tem cerca de 30 mil gatos, 300 mil
67 cachorros; e outro problema é a questão de corredores de animais no Mercado
68 Central. Só para as pessoas entenderem que no dia a dia Belo Horizonte tem
69 dois problemas complicados e polêmicos na área da fauna. Na questão
70 nacional, depois da questão de armas e entorpecentes, a fauna é que ocupa
71 maior valor, da ordem de US\$ 1,5 bilhão por ano, por causa da ilegalidade. O
72 combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil é da ordem de US\$ 1,5
73 bilhão. Então eu queria parabenizar o trabalho hercúleo, com todas as
74 dificuldades que eu imagino que a equipe está fazendo. Para as pessoas
75 tomarem mais conhecimento, estudarem mais e debaterem mais essa questão
76 que é muito importante para nós. Há um projeto de lei tramitando no Senado
77 tirando essa denominação de coisa do animal. O animal não vai ser coisa e aí
78 será melhor tratado neste país.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu
79 acompanho o Ronaldo nos parabéns e confesso que não tinha conhecimento

80 mais detalhado da diretoria e que fiquei impressionado com o tanto de trabalho
81 desenvolvido e as propostas estruturantes. Eu acho isso fundamental, porque é
82 uma questão que fica no pano de fundo, mas que é essencial para a qualidade
83 de vida. Eu fiquei instigado com a possibilidade de cooperamos até para
84 trabalhar na linha de manual de informação do que pode ser feito e como fazer
85 o reflorestamento urbano. O segmento de loteamento produz muita recuperação
86 de área e recupera da maneira correta. E se consegue potencializar muito esse
87 resultado tanto do ponto de vista da sensibilização, da conscientização e da
88 criação de conectividade. Eu acho muito interessante que haja esse trabalho
89 com dado científico. Eu achei muito interessante essa questão de ter esse tipo
90 de informação começando a ser sistematizada para que se possa criar cultura.”
91 Sônia Aparecida Cordebelle de Almeida/IEF: “Com os nossos trabalhos de
92 áreas de soltura, eu acho que vai ser muito importante, porque lidamos com o
93 produtor rural e, muitas vezes, eles nos procuram com o interesse de recuperar
94 alguma área, e pode ser até um trabalho nosso – já que vamos à propriedade e
95 estamos com o diálogo com o produtor – de darmos essa opção para ele plantar
96 as espécies corretas. Porque na verdade não tem processo ecológico ocorrendo
97 no fragmento florestal se não tiver a fauna ali dentro. Então 90% das nossas
98 polinizações são feitas com animais silvestres, tanto na parte de insetos quanto
99 de mamíferos. Não podemos desassociar. Como é uma atividade nova no IEF,
100 há um esforço de fazermos com que, internamente, entendamos que o
101 processo ocorre junto e que temos que trabalhar recuperação de área
102 degradada com processo ecológico e com fauna sendo atraída e sendo
103 restabelecida naquele espaço.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA
104 EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Cecília Viana Salomão de Abreu.**
105 **Prestação de outros serviços não citados ou não classificados. Lagoa
106 Santa/MG. PA 00084/2010/005/2015. Classe 5. Apresentação: Supram
107 Central Metropolitana. Retorno de vista: conselheiro Adriano Nascimento
108 Manetta.** Processo baixado em diligência pela Presidência em atendimento ao
109 pedido do relator, para esclarecimento dos pontos levantados no parecer de
110 vista. A Supram se manifestou favorável à baixa em diligência para
111 complementar a análise do processo. Conclusão do parecer de vista: “Pelo
112 exposto, sugere-se a baixa em diligência para, em conformidade com o
113 apontado na Ata de Reunião nº 69/2017 (Anexo I) pela própria Supram Central,
114 elucidar os pontos que levaram à sugestão pelo indeferimento, através de
115 pedido de informações complementares, e desde já se sugere a adequação das
116 interpretações dadas nos artigos 5º e 10, ambos do Decreto 45.097/2009,
117 conforme itens 1 e 2. Sugere-se, ainda, avaliar a aplicação ao caso do disposto
118 no §4º do art. 7º da DN COPAM 17/1997, com redação dada pela DN COPAM
119 193/2014, que entendo pertinente à espécie, tendo em vista que da análise do
120 processo transparece que o empreendimento é, efetivamente, um loteamento
121 do solo urbano com lotes destinados ao uso comercial, embora enquadrado
122 pela Supram Central em código genérico da DN 74/2004: ‘Art. 7º - A revalidação

123 da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120
124 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando este
125 automaticamente prorrogado até decisão da Unidade Regional Colegiada do
126 COPAM, mantida a obrigatoriedade do cumprimento das condicionantes, se
127 existentes.’ ‘§ 4º - Ficam dispensados de processo de revalidação da Licença de
128 Operação os empreendimentos de loteamento do solo urbano para fins
129 exclusiva ou predominantemente residenciais, os distritos industriais ou aqueles
130 previstos em normas específicas.’ É este o parecer que se submete à Câmara
131 de Atividades de Infraestrutura de Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF)
132 do COPAM.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA
133 DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE
134 OPERAÇÃO. 7.1) Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do
135 Estado de Minas Gerais (DEER/MG). Rodovia MG-010. Trecho: Conceição
136 do Mato Dentro / Serro. Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias.
137 Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Serro/MG. PA
138 10979/2006/002/2016. Classe: 3. Apresentação: Supram Jequitinhonha.**
139 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. A
140 conselheira Lidiane Carvalho de Campos declarou seu impedimento neste
141 processo. A CIF rejeitou propostas apresentadas pelo conselheiro representante
142 da Câmara do Mercado Imobiliário de exclusão da condicionante nº 4 e de
143 supressão da expressão “intervenção em APP” da condicionante nº 6. A
144 Presidência registrou seis votos favoráveis à manutenção das condicionantes
145 nos termos do Parecer Único e quatro votos contrários. Declarações de voto.
146 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Entendendo que, mesmo vigente a
147 Resolução 369, esse artigo 5º, em particular, não tem vigência, porque faz a
148 regulamentação específica de um artigo que foi revogado.” Conselheiro Bruno
149 Baeta Ligório: “Eu tenho o mesmo entendimento do Adriano. Se o artigo 5º da
150 resolução regulamentava uma lei que deixou de existir, que foi substituída por
151 outra, para mim, fica claro que é um artigo que perdeu sua eficácia. O meu
152 entendimento é exatamente esse.” Conselheiro Carlos Eduardo Battesini
153 Pereira: “Eu vou acompanhar o argumento do Adriano Manetta.” Conselheiro
154 José do Carmo Dias: “Eu concordo plenamente com a colocação do conselheiro
155 Adriano.” **8) ENCERRAMENTO.** O conselheiro Carlos Eduardo Battesini Pereira
156 manifestou sua preocupação em relação às pautas da CIF com poucos
157 processos, como a de hoje. “Eu entendo que isso é extremamente preocupante
158 porque o Estado de Minas Gerais está extremamente atrasado em
159 desenvolvimento e economia, e não é possível que vamos reunir um conselho
160 de infraestrutura para ter dois processos por mês. Então eu acho que vale o
161 alarme, e eu sugeriria que fizéssemos um plano de metas neste Conselho ou
162 alguma coisa nesse sentido. Eu fiz um levantamento, e tivemos 15 processos
163 ao longo do ano inteiro. Isso é muito preocupante. Nós precisamos ir um pouco
164 mais a fundo para entender por que não conseguimos sair desse volume de
165 empreendimentos. Porque sabemos que muita coisa está chegando, tem

166 empresas, empreendimentos querendo sair do papel e investir, mas não
167 conseguimos colocar para votar e dar celeridade. Nós temos um corpo técnico
168 aqui maravilhoso, gente com muita experiência e muito conhecimento, mas não
169 está sendo utilizado. A minha sugestão é propor algum plano de meta para
170 darmos uma reviravolta.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Nós vimos
171 desenvolvendo uma série de ações para racionalizar o processo de
172 licenciamento ambiental. Entre elas, podemos mencionar desde capacitações,
173 instruções de serviço, padronização de procedimentos, revisões de
174 normatização, como a DN 74. São todas ações que realmente configuram e
175 reforçam a preocupação da Secretaria de Meio Ambiente em dar maior
176 celeridade aos processos. E já estamos tendo vários resultados positivos.
177 Inclusive, a produtividade dos técnicos da Secretaria já tem aumentando muito.
178 Nós temos essas informações, e eu até sugiro que possamos fazer uma
179 apresentação desse índice de passivo de processos, de produtividade e de
180 como temos tido um avanço nos resultados. Talvez a última reunião do ano seja
181 mais interessante para fazermos um balanço anual. Cabe ressaltar também que
182 esta Câmara envolve um número bem menor de tipologias econômicas. Em
183 todo o anexo da DN 74, devem ter 350 a 400 códigos, e os códigos que são
184 contemplados nesta Câmara não devem passar de 30 ou 40. Realmente, são
185 atividades de maior complexidade, em geral, de maior porte e potencial poluidor,
186 que levam também uma análise mais criteriosa e mais demorada por parte do
187 corpo técnico das Suprams. Aliado a isso, somente os processos classes 5 e 6
188 vêm para esta Câmara. Então tem vários empreendimentos classes 3 e 4 que
189 se enquadram nessas tipologias que são deliberadas nesta Câmara e que são
190 também concedidos. Então é uma série de motivos que leva esta Câmara a
191 deliberar menos processos. Pode ter certeza, conselheiro, que a produtividade
192 está aumentando, e a produtividade da Secretaria é reduzir passivo, não só de
193 licenciamento, mas da regularização como um todo, fiscalização de denúncias e
194 por aí vai.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu reconheço que há o
195 maior esforço da Secretaria, e talvez seja o caso, para facilitar essa
196 visualização, segmentar a demonstração para os processos que são afetos a
197 esta Câmara. Eu tenho essa dúvida de que talvez a grande maioria dos
198 processos da nossa Câmara sejam classes 3 e 4 e não 5 e 6.” Conselheiro
199 Carlos Eduardo Battesini Pereira: “Enquanto entidade, nós reconhecemos que
200 existe um esforço, mas na prática é um esforço aquém do que se espera da
201 entrega, porque temos muitos empreendimentos associados completamente
202 travados aqui, processos que duram três, quatro, seis anos. Então é perceptível
203 o esforço, mas as nossas empresas associadas estão com muita dificuldade de
204 desenvolver empreendimentos aqui, e muitas delas estão saindo de Minas
205 Gerais para investir em outros Estados, pois entendem que aqui não tem
206 condições de investimentos para grandes projetos. Sob pena de, inclusive,
207 deixar terrenos de lado, porque o processo de invasão é muito mais rápido do
208 que o de licenciamento. Então muitas vezes uma grande empresa adquire uma

209 área, a notícia corre, acontece uma invasão, o licenciamento está aqui no
210 começo ou no meio, e nunca se sabe quando vai chegar ao fim; e a empresa
211 tem o terreno invadido e não tem o licenciamento a tempo.” Presidente Antônio
212 Augusto Melo Malard: “Nós reconhecemos que temos um passivo de mais de
213 3.000 processos. Se formos mencionar as outorgas, Daias, esse número cresce
214 muito mais. Mas esforços estão sendo realmente realizados para diminuir isso.
215 Atualmente, nós percebemos que conseguimos concluir mais processos do que
216 entram. Esse já é um grande avanço, o que não acontecia há muito tempo.
217 Aliado a isso, boa parte do nosso passivo pode ser concluído. Inclusive, com a
218 proposta de revisão da DN 74, nós temos também uma força-tarefa com
219 membros de outras Casas, que não só da SEMAD. A FEAM, por exemplo, está
220 contribuindo muito, inclusive, já pegou processos de aterro sanitário, de poços
221 de combustíveis. Nós temos ainda a Superintendência de Projetos Prioritários.
222 Então tem várias frentes de trabalho, realmente, para solucionar esse problema.
223 Sem mencionar também a municipalização do licenciamento, que a cada dia
224 nós temos novos municípios manifestando seu interesse. Até a última vez que
225 eu consultei o site, tinha 17 municípios se licenciando, fora os conveniados, que
226 são sete. Então tem realmente uma série de ações, mas nós temos um
227 problema que foi criado no decorrer dos anos. Não se consegue resolver isso
228 da noite para o dia. Então todos, quando reclamam da morosidade, têm, sim,
229 sua razão, mas isso tem que ficar muito claro. Mas podem ter certeza de que
230 estamos trabalhando o máximo possível para dar vazão a todos esses. E não é
231 diferente com os processos de infraestrutura. Inclusive, são atividades
232 essenciais para a economia do Estado. Podem ter certeza de que damos a
233 devida atenção que essas tipologias merecem.” O Conselheiro Carlos Eduardo
234 Battesini Pereira registrou ainda questionamento à SEMAD sobre como as
235 empresas devem proceder em caso de áreas invadidas durante a tramitação do
236 processo de regularização ambiental. Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
237 “Eu acho que isso não é matéria afeta à Secretaria de Meio Ambiente. Cabe,
238 realmente, ao empreendimento manter segurança, e a outras entidades do
239 governo também, assim como a polícia, garantir essa segurança. Eu não vejo a
240 Secretaria de Meio Ambiente se manifestando sobre essa razão. Podem ocorrer
241 alguns danos ambientais em virtude da invasão, e quem vai responder por isso
242 é o infrator, se for identificado. E cabe ao empreendimento também, como
243 responsável legal, responder a essa questão.” O conselheiro Adriano
244 Nascimento Manetta sugeriu a criação de um canal de comunicação para se
245 fazer o alerta à Polícia Militar de que há um risco ambiental iminente, reforçando
246 a necessidade de proteção, nos casos de invasão.” Presidente Antônio Augusto
247 Melo Malard: “Constatado que existe um problema de risco em virtude de um
248 acidente, um dano ambiental, nós temos o setor responsável, que é o Núcleo de
249 Emergências Ambientais, que pode ser acionado para se estabelecer uma
250 denúncia, do ponto de vista proativo, para analisar a situação e verificar. Mas
251 ressalto que a segurança é de responsabilidade do empreendedor e de outras

252 entidades do governo.” Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
253 presidente Antônio Augusto Melo Malard agradeceu a presença de todos e
254 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

255

256

257

258

259

260

261

APROVAÇÃO DA ATA

**Antônio Augusto Melo Malard
Presidente da Câmara de Atividades de Infraestrutura
de Transporte, Saneamento e Urbanização**